Comércio Exterior da Província do Paraná

CECÍLIA MARIA WESTPHALEN

De fornecedor apenas de farinhas de mandioca a outras praças da Colônia, o porto de Paranaguá, a partir da segunda década do século XIX, passa a entreter comércio exterior, regular e contínuo, com o Rio da Prata e depois também com o Chile.

Até o início do século XIX, o Paraguai colocara abundantemente a erva-mate no mercado de Buenos Aires. Contudo, sob o governo de Francia, as remessas de erva paraguaia foram escasseando em virtude das medidas restritivas impostas ao País. A falta de ervas em Buenos Aires ocasionava alta de preços que só ao Paraguai beneficiava, de tal maneira que os comerciantes argentinos, prejudicados por esse encarecimento excessivo, logo substituíram a erva do Paraguai por aquela de Paranaguá.

A extração da erva, que era nativa em grande parte do território paranaense, e a produção do mate ganham impulso na década de 1820, de modo a constituir, já em 1826, 70% das exportações da Comarca(1). A própria Alfândega de Paranaguá era criada em 1827.

Problemas diversos, como a Guerra da Independência, a Guerra da Cisplatina, todavia, embaraçavam o comércio. Havia também problemas internos como as dificuldades de transporte em face da ausência de estradas e ainda a ganância de muitos que ofereciam ervas de qualidade inferior e falsificadas.

O isolamento do Paraguai, porém, deixava livre o comércio das ervas paranaenses no Prata. O cônsul brasileiro(2) em

A autora pertence à Universidade Federal do Paraná.

(1) WESTPHALEN, Cecília Maria. O porto de Paranaguá no ano de 1826, estudo de micro-conjuntura. **Boletim do Departamento de História da UFPr.** (2), Curitiba, 1962.

(2) ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY **Relatório do cônsul brasileiro em Buenos Aires.** Caixa n.º 4, 205-2-15.

Buenos Aires informava em 1832 que especuladores lucravam naquela praça cerca de 200% com vendas de ervas de Paranaguá.

O comércio exterior da Comarca, a partir de 1838, e por quase toda a década seguinte, sofreria graves percalços motivados pelas injunções políticas do Prata, bem como do Paraguai. O sítio de Montevidéu e os bloqueios de Buenos Aires dificultariam as mudanças na orientação política paraguaia, decorrentes da morte de Francia, ocasionando a queda da erva paranaense nos mercados platinos.

As primeiras partidas da erva paraguaia chegadas ao Prata reconquistaram de imediato a antiga clientela, ainda que vendidas a preços mais altos que os das ervas missioneiras e de Paranaguá. Sua qualidade superior seria responsável por esse preferência. Assim, a erva paranaense foi deslocada para as regiões de campanha e províncias do norte da Confederação Argentina.

A conjuntura, porém, havia propriciado de modo irreversível o desenvolvimento das atividades ervaterias no Paraná. De 1830 a 1850, mais de 70 engenhos de soque, na sua maioria hidráulicos, haviam sido instalados na Comarca, sobretudo na vila de Morretes.

Novas circunstâncias políticas no Paraguai voltariam a favorecer a erva paranaense. No início de 1846 o presidente Carlos Lopez, ante as despesas com o armamento do Paraguai e evitando novos impostos colocava em mãos do governo paraguaio o monopólio da exportação da erva-mate.

Vendida a alto preço no Prata, a erva paraguaia encontrava a concorrência das ervas de Paranaguá, agora bastante conhecidas.

A sua exportação, no meio do século, era de fato o grande negócio da 5.ª Comarca, atingindo 85% do valor total de suas exportações(3).

Especializada na erva-mate, a exportação incluía unicamente pequenas quantidades de madeiras, arroz, aguardente e cal. A própria farinha de mandioca tornara-se artigo de importação.

Esta era constituída sobretudo pelo açúcar, carnes secas, couros, fazendas, ferragens e sal. A praça fornecedora era principalmente o Rio de Janeiro, de onde procediam as fazendas secas e molhadas, seguindo-se Santos, Santa Catarina e Pernambuco. Desta última Província vinha apenas o sal. Carnes secas e couros eram também importados do Rio da Prata. O acondicionamento da erva-mate em surrões tornava os couros muito procurados pelos paranaenses.

Somente a partir dos meados do século, as pautas de importação começaram a incluir maiores exigências, quer em relação às peças de vestuário, quer de mobiliário e ao gêneros de alimentação e quinquilharias.

No ano de 1852 seria realizada a primeira tentativa de importação direta da Europa. Contudo, não teve êxito pelo naufrágio da escuna inglesa Seine quase ao atingir o seu destino, na altura do Superagui.

Assim, chegava a Comarca de Curitiba e Paranaguá às vésperas da sua emancipação político-administrativa, desligando-se de São Paulo.

A promoção econômico-financeira da Comarca, resultante sobretudo das exportações da erva-mate, constituiu a base onde se fundamentaram os paranaenses para

(3) WESTPHALEN, Cecília Maria. Navios e mercadorias no porto de Paranaguá nos meados do século XIX. ANAIS DO V SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. São Paulo, 1971, p. 449-521.

as suas reivindicações de autonomia político-administrativa. A dependência ante o fisco da Província, a administração morosa e inócua e, principalmente, a evasão em proveito de São Paulo dos ingressos oriundos da exportação levaram à pressão em favor da autonomia da Comarca. A conjuntura política do Império, com a Guerra dos Farrapos e a Revolução Liberal de Sorocaba, contribuiria para a criação da Província do Paraná, pelo receio de que os paranaenses descontentes pudessem aderir às revoltas. Os gabinetes conservadores, via de regra, seriam favoráveis à emancipação do Paraná criando-se a nova Província em 1853.

Chegara a oportunidade para a transformação da atrasada Comarca em esperançosa Província. Assim, a 15 de julho de 1854, Zacarias de Goes e Vasconcellos(4) abria seu relatório à Assembléia Provincial que se reunia pela primeira vez, dando contas da situação geral em que encontrara o Paraná e propondo os rumos que deveriam orientar a organização da nova Província, objetivando o seu progresso.

Ele trouxera instruções que constituiriam o programa de sua administração, recomendadas pelo Ministério do Império. Este deveria ser informado acerca do estado da agricultura, indústria e comércio, devendo o Presidente da Província propor as medidas que julgasse necessárias ao aparelhamento econômico da mesma.

Baseado nas informações que solicitara às cidades, vilas e termos a respeito de suas reais atividades econômicas, Zacarias elaborou seu relatório, verificando que a produção de erva-mate e a criação do gado representavam as exclusivas atividades produtivas dos moradores do Paraná, aquela exercida por ricos e pobres, e esta pelos grandes e abastados proprietários de terras.

A exploração da congonha, particularmente, chamou a sua atenção. Os ervais eram nativos do Paraná, cobrindo dilatada porção do seu território. Estavam por toda parte e, conforme relatava o Presidente, sem custar aos seus habitantes o mínimo esforço, podiam colher suas folhas, secá-las ao fogo, no carijo, quebrá-las miudamente e vendê-las aos engenhos que as preparavam para a exportação.

A população do interior da nova Província, homens e mulheres, velhos e crianças, estava quase toda entregue ao primeiro e fácil preparo da erva, aproveitando-se das possibilidades da sua exportação para a Argentina, o Uruguai e o Chile.

Entretanto, nesses instantes da emancipação e instalação da Província, embora o mate representasse o ramo preponderante da indústria paranaense, já estava ameaçado de graves perigos.

O próprio Zacarias apontava aqueles que lhe pareciam maiores e mais evidentes. O primeiro era a sempre temível concorrência das ervas paraguaias e missioneiras. Por sua qualidade, eram preferidas em Buenos Aires e Montevidéu, alcançando melhores preços que as do Paraná, restritas estas últimas ao consumo nas regiões de campanha. Desta maneira, a estreiteza dos mercados, além da grave concorrência levavam o Presidente a referir-se à urgente necessidade da abertura de novos mercados consumidores da erva paranaense, preocupação que, aliás, estará sempre presente, mas nunca efetivada em termos concretos.

O segundo problema, bastante sério para o equilibrado desenvolvimento econômico-social da nova Província, era constituído pelo excessivo número de pessoas que se aplicavam à produção ervateira. Zacarias advertia que ali estava um germe de ruína, todos vivendo à sombra do carijo e dos engenhos de soque.

(4) GOES E VASCONCELLOS, Zacarias. **Relatório do Presidente da Província do Paraná na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854.** Curityba. Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854, p. 1.

Aliás, pouco antes da emancipação, o Delegado de Polícia Silveira da Mota(5) dizia que sendo nativa e de fácil benefício, a erva-mate provocava a recusa dos habitantes do termo de Curitiba em ocuparem-se de outros ramos da indústria ou da agriculturas nos quais poderiam ter maiores vantagens.

Na realidade, Zacarias apontava que nas atividades ervateiras eram aplicados capital e força de trabalho em maiores proporções do que elas realmente comportavam, sendo necessário reduzir o número daqueles que viviam exclusivamente delas, dirigindo-se para outros ramos.

Outra grave ameaça ao comércio exportador da erva-mate era constituída pela fraude, desde há muito presente na produção de ervas paranaenses e praticada por aqueles que, na primeira preparação das congonhas, introduziam-lhe folhas estranhas e de menor preço a fim de aumentar os lucros. Fraudes esta que praticada com a cumplicidade dos senhores de engenho desejosos dos mesmos resultados vinha culminar no descrédito da erva paranaense nos mercados externos, além de reduzir-lhe substancialmente a qualidade.

Todos estes inconvenientes levavam o Presidente da Província a orientar os moradores do Paraná para que, gradualmente, fossem deixando a indústria do mate e se aplicassem às atividades agrícolas, favorecidas aliás pelo meio paranaense.

A ação enérgica de Zacarias em favor da economia provincial culminou no Regulamento de 6 de dezembro de 1854, pelo qual o benefício da erva-mate exportada melhoraria consideravelmente, possibilitando maiores oportunidades de comercialização no Exterior.

O mate e apenas o mate, conforme o relato dos viajantes que passavam, continuava a ocupar os paranaenses, nas horas de trabalho com a sua produção, e nas horas de lazer, com o uso do chimarrão. Avé-Lallement(6) observa, em 1858, que o paranaense despertava com o mate, com ele passava o dia e com ele adormecia.

Da agricultura, somente as lavouras de arroz e de cana do litoral propiciavam produtos para a transformação nas pequenas fábricas da recém-criada Província. Eram, aliás, em 1854, apenas engenhos de socar erva (cerca de 90), engenhos de serrar madeiras em muito menor número, poucos engenhos de pilar arroz e alguns de preparar açúcar e aguardente.

Zacarias, observando a reduzida lavoura de subsistência praticada pelos paranaenses que chegavam a importar farinhas e feijão, solicitava o empenho da Assembléia Provincial em favor do trigo que, em anos passados, fora cultivado e exportado, a fim de que voltasse a ter prosperidade no Paraná.

As plantações de trigo, do final do século XVIII, haviam sido abandonadas, devido ao aparecimento da ferrugem. No entanto, pensava Zacarias, não estava na ferrugem o mal do trigo, e sim na erva-mate, pela preferência que todos demonstravam pelas atividades ervateiras, consideradas mais fáceis e rendosas. No decorrer da segunda metade do século XIX, por inúmeras vezes o mate seria acusado de responsável pela ruína da agricultura no Paraná.

O próprio Zacarias já recomendava as possibilidades do cultivo do café, sem, contudo, despertar maiores atenções.

Quando da emancipação da Província,

(5) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício do sub-delegado de Polícia, Doutor Joaquim Ignacio Silveira da Mota, de 28 de janeiro de 1852.** Ofícios — 1853.

(6) AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1857.** Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1953, v.II, p. 251.

apontava o promissor comércio de madeiras, limitado embora ao litoral, em virtude da ausência de estradas que, de serra acima, pudessem oferecer trânsito fácil ao pinho paranaense. Seria, assim, uma atividade econômica expressiva somente a partir da década de 1880.

Do litoral, eram exportadas madeiras de lei, apropriadas para a construção como cedro, imbuia, canela preta, sassafraz, carvalho, araribá, peroba e outras. Existiam nada menos que 39 tipos de madeiras de exportação, sendo 25 de primeira qualidade, sobretudo para a construção naval.

Zacarias compreendia que a exploração de madeiras no Paraná estava na dependência de estradas compatíveis que lhes dessem acesso ao porto. Mas a imensa cópia de pinheiros no planalto pressagiava a exploração de madeiras, como uma das futuras riquezas da Província.

Ainda que praticada em pequena escala, a exploração de madeira já trazia problemas: delegados e subdelegados de polícia do litoral são denunciados de comprometimento no comércio ilícito de madeiras, vendendo ou mandando numerosos carregamentos para o Rio de Janeiro, Rio da Prata e até mesmo para o Chile.

O fornecimento de lenhas para o Uruguai, com a exportação anual de centenas de milhares de achas, era apontado como fator de devastação das matas do litoral.

Era esta a situação do Paraná na conjuntura de sua emancipação político-administrativa. Entretanto, se o aumento do comércio exportador marítimo motivara em parte a conquista da autonomia, a emancipação não se efetivava em um momento favorável para as exportações paranaenses. O comércio exportador do Império com o Rio da Prata encontrava-se aliás em declínio.

O cônsul do Brasil(7) em Buenos Aires, em seus relatórios sobre o movimento comercial observava que o comércio do Império com aquele porto vinha diminuindo anualmente, assim como o número de embarcações nacionais empregadas no seu tráfico. Eram necessários um tratado de comércio e navegação, proteção tarifária para a marinha mercante brasileira e a extinção de certos direitos de exportação, a fim de que os produtos brasileiros pudessem enfrentar aqueles de Havana, bem como a erva e o tabaco do Paraguai. E acrescentava que havendo sido encerrado o tráfico de africanos, era natural que aumentassem os preços dos produtos brasileiros. Em conseqüência, os consumidores argentinos iam procurar produtos melhores e de menor preço.

No comércio marítimo com o Uruguai, a bandeira brasileira empregava, sem dúvida, o maior número de navios e o saldo do comércio era favorável ao Império. Mas o cônsul do Brasil(8) em Montevidéu também comunicava suas apreensões e temores quanto ao futuro próximo.

Na Província do Paraná, em 1857, segundo relatório da Câmara Municipal de Paranaguá (9) ao Presidente da Província, a estrutura do Comércio mantinha-se a mesma. A exportação compunha-se de mate, madeiras, cordoaria de embé, arroz, cal, telhas e alguns gêneros alimentícios encaminhados para os mercados do Rio da Prata e do Rio de Janeiro e, em pequena parte, para Santa Catarina e Santos.

---

(7) ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY **Relatório do cônsul Pereira Pinto, de 2 de abril de 1853.** Caixa n.º 241-4-8.

(8) ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Relatório do cônsul Manuel Affonso de Freitas Amorim, de 13 de setembro de 1855.** Caixa n.º 256-3-14.

(9) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício da Câmara Municipal de Paranaguá, de 15 de novembro de 1857, ao Presidente da Província.** Ofícios – 1857.

A erva-mate, dirigida para o Prata e o Chile, significava o principal produto de exportação em volume e valor. A importação era constituída pelo açúcar, fumo, fazendas, ferragens, carne seca e farinha de trigo. O porto de Paranaguá abastecia todo o interior da Província em sal, fazendas e demais gêneros de consumo.

O Presidente da Província, nesse ano, dirigira circular às Câmaras Municipais e a pessoas de autoridade e reconhecida competência, indagando-lhes sobre os motivos que teriam ocasionado a tremenda alta de preço que se verificava na Província.

O médico francês João Maurício Faivre(10), fundador da Colônia Thereza, consultado sobre a matéria pela Presidência da Câmara de Guarapuava, atribuía a crise ao aumento repentino e extraordinário dos valores monetários, com a descoberta do ouro na Califórnia e na Austrália, da mesma forma que a criação de bancos, ao investimento de 6 mil contos na colonização e à formação de grandes empresas. Tais fontes, derramando súbita e abundantemente suas riquezas nos mercados brasileiros, haviam produzido os efeitos sentidos na Província. O tempo, contudo, traria o equilíbrio entre o ouro e o trabalho, mas como no momento o trabalho era caro em relação ao ouro, o trabalho ou gêneros que o representavam deveriam baixar infalivelmente. Assim, recomendava apenas paciência às autoridades provinciais. A crise haveria de passar assim como surgiu.

Na mesma ocasião, a Câmara Municipal de Paranaguá enviou também ao diretor da Colônia Superagui, o suíço Charles Perret Gentil, consulta a respeito da alta de preços e da carestia de gêneros alimentícios que atravessava a Província. Perret Gentil(11), criticando a imprevidência daqueles que governavam o povo, opinava que a carestia de gêneros derivava da suspensão da entrada de braços escravos, com a lavoura carente de força de trabalho disponível. A orientação tomada pelo Governo, não formando núcleos coloniais para a lavoura de subsistência, nas proximidades dos centros coloniais para a lavoura de subsistência, nas proximidades dos centros consumidores e em fácil comunicação com os mesmos e, de outro lado, a prosperidade das grandes culturas, mais rendosas do que as pequenas dispersas e, sobretudo, a absorção da mão-de-obra pela agricultura de exportação eram motivadoras da falta geral de alimentos. Referia-se particularmente às lavouras de café e à grande absorção da escravaria negra pela Província de São Paulo. Falava, ainda, nas epidemias que dizimavam os negros, no aumento da população urbana, nas obras públicas que consumiam braços e no mau estado das vias de comunicação. Verberava a diminuição, no Paraná, da criação de gado e, sobretudo, a pouca atenção dada pelos homens livres, no Brasil, aos trabalhos agrícolas e o deprezo que a sociedade tradicional votava aos trabalhos rurais. Em geral, no Império, os agricultores não encontravam ajuda oficial; além dos juros elevados que deveriam pagar, havia o alto preço das jornadas dos trabalhadores alugados e mesmo a sua escassez. Tudo, enfim, contribuía para a alta de preços e a carestia de gêneros. Entretanto, os governos não se preocupavam, satisfeitos apenas com os rendimentos das Alfândegas e Consulados que, anualmente, apresentavam maiores importâncias. Em lugar de olhar a quantidade relativa dos produtos exportados, enganosamente se contentavam com as quantidades pecuniárias crescentes. Particularmente, em relação à Província do Paraná, dizia que a mesma era

(10) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ: **Ofício de João Maurício Faivre, de 25 de dezembro de 1857, ao Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava.** Ofícios — 1857.

(11) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício de Charles Perret Gentil, de 15 de novembro de 1857, ao Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá.** Ofícios — 1857.

um bom exemplo do que se passava no País, em face da visível decadência da sua produção. Outrora celeiro que exportava e socorria a muitos, ficara vazio. A Província, em vez de fornecer gêneros alimentícios, quer para o abastecimento do litoral, quer para o do interior, era obrigada a importá-los. Perret Gentil acreditava na duração da crise e na necessidade de medidas drásticas por parte do governo. Porém, no Paraná, onde as atividades preferidas eram aquelas da extração da erva-mate e das madeiras, seriam indispensáveis medidas reguladoras que forçassem a agricultura e a pesca.

Em toda a Província o quadro era o mesmo de Guarapuava e de Paranaguá. A Câmara Municipal da Lapa(12), em janeiro de 1858 também informava à Presidência da Província que as atividades da lavoura de subsistência eram exercidas em reduzidíssima escala. Havia apenas plantações de milho e feijão, todavia insuficientes para o consumo local. A criação de gado decaíra pela degenerescência das raças. Possuía, porém, a Lapa um animado comércio externo. Uma quinta parte do comércio da condução das tropas de mulas estava em mãos de moradores da Lapa, conforme os registros do Rio Negro. Mas o ramo de atividade comercial que empregava os mais avultados capitais era o do preparo e benefício da erva-mate. Ao município da Lapa tocava a maior parte dessa produção, segundo estimativa da Câmara. Contudo, pela ausência de cuidados maiores por parte dos fabricantes, estava uma das principais fontes de riqueza da Província em tal descrédito nos mercados consumidores externos que a erva paranaense era vendida por pouco mais da metade do preço daquela fornecida pelo próprio Rio Grande do Sul. E a Câmara da Lapa recomendava também a adoção de regulamentos, sobretudo em relação ao saneamento dos vícios da fabricação da erva-mate, a fim de restabelecer o seu crédito no Exterior.

Pelo visto, continuavam as falsificações e a mesma exclusiva preferência pelo mate, paralisando quaisquer outras iniciativas econômicas.

Quanto à sua comercialização pelo porto de Paranaguá o relatório de 1858 do Inspetor da Alfândega(13) é revelador também da crise geral. O mercado de importações, quer diretas, quer de cabotagem, encontrava-se em estado deplorável. As casas fornecedoras do Rio de Janeiro, desviando-se de normas tradicionalmente seguidas, procuravam a todo custo realizar a cobrança dos gêneros fornecidos a crédito, ou revê-los, colocando em apertadas circunstâncias muitos negociantes do Paraná. Sob esta pressão, o comércio definhava, com repercussões imediatas nas rendas públicas. O relatório alude à alta de preços e à carestia de gêneros alimentícios. Em relação à exportação, a Província não tinha outro produto para excitar a cobiça dos especuladores, a não ser a erva-mate, conduzida para o Rio da Prata e o Chile. Daquele recebia, em permuta, apenas algumas poucas carnes secas, ao passo que ao Pacífico nada vinha em troca. O inspetor da Alfândega comenta justamente que, no exercício de 1857-58, houvera extraordinário aumento do comércio de ervas para o Chile, de tal modo que, com diferença pouco sensível, exportava-se para Valparaíso a mesma quantidade de erva-mate que para o Rio da Prata, sendo porém mais elevado o seu valor. Porém, desde o início de 1858, decaíra consideravelmente o movimento comercial, com a baixa do preço do mate de 5$000 ou 6$000 a arroba, para 3$300 ou 3$400, permane-

(12) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício da Câmara Municipal da Lapa, de janeiro de 1858, ao Presidente da Província.** Ofícios — 1858.

(13) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório do Inspetor da Alfândega de Paranaguá, do ano de 1858.** Ofícios — 1859.

cendo depois estacionário e com fraca demanda. Também, o agente alfandegário revelava que o desinteresse pela erva-mate do Paraná era, em parte, oriundo de sua má fabricação, de maneira que era auspiciosa a atitude assumida pelas fábricas de Morretes, no sentido de romper a rotina e melhorar o beneficiamento da erva-mate. Entretanto, a constância e a lealdade eram necessárias para que se pudesse recuperar as vantagens do comércio externo que os desastres dos últimos anos haviam feito perder.

Em relação à exportação de madeiras, o Inspetor da Alfândega de Paranaguá também revela sérias apreensões, de um lado, pelos notórios prejuízos sofridos pelo fisco, com a impossibilidade de imediato controle pela Alfândega dos carregamentos realizados fora do seu alcance, bem como pelos direitos exorbitantes a que estava sujeito o artigo.

A situação econômica da Província, ao findar a década de sua emancipação era, pois, de aflitivas dificuldades. No relatório de dezembro de 1859, a Inspetoria da Alfândega(14) notava, sem perspectivas de melhora, o desânimo geral do comércio de exportação. O principal ramo do comércio exterior do Paraná, o da erva-mate, já não tirava lucro algum de suas operações no Rio da Prata, e poucas eram as expedições que puderam salvar o capital empregado. Em decorrência, os comerciantes de Paranaguá haviam abandonado as remessas por conta própria, fazendo-as apenas por conta de outrem. Quanto à importação, dizia que estava praticamente paralisada, apresentando alta de preços, não só nas manufaturas, mas também nos gêneros alimentícios.

Atribuía a situação crítica à baixa de preços sofrida pelos produtos do Império nos mercados consumidores europeus. O agente revelava contudo que, embora, havendo medidas de alívio fiscal decretadas pelo governo, elas só contribuíam para o decréscimo das rendas, em nada voltando a animar o comércio. Era tão grave a situação que a casa importadora, em grosso, Miró Irmãos & Oliveira, de Paranaguá, que comerciava diretamente com a Inglaterra, havia desistido, voltando a importar artigos estrangeiros por intermédio da praça do Rio de Janeiro, com prejuízos das rendas da Alfândega de Paranaguá e dos consumidores da Província.

Em 1859, o Presidente Francisco Liberato de Mattos(15) notava, ainda, a ausência de indústrias na Província, o que atribuía ao estado lamentável em que se encontrava a agricultura paranaense. Registrava, aliás, a existência de apenas 98 alambiques de pequena força para a destilação de aguardente, 81 engenhos de socar e beneficiar erva-mate, 29 engenhos de pilar arroz, 12 engenhocas que, em pequena escala, produziam açúcar, além de 13 moinhos de café e farinhas.

Procurando, justamente, tirar a indústria do mate do atraso tecnológico em que se encontrava, o Governo Provincial instituíra prêmio a quem, pelos melhoramentos introduzidos, fizesse dobrar a produção dos soques hidráulicos de erva. Desta maneira, o registro digno de nota era representado pela instalação, em Antonina, do engenho de Pereira Alves, movido a vapor, o primeiro aliás no Paraná, com a produção diária de 400 arrobas.

Mas, de outro lado, a indústria da construção naval tivera retrocesso. Em 1862, o Capitão do Porto(16) informava

(14) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório do Inspetor da Alfândega de Paranaguá, Francisco Gonçalves de Araujo.** Ofícios — 1859.

(15) MATTOS, Francisco Liberato de. **Relatório do Presidente da Província, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1859.** Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859, p. 33.

(16) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO

ao Presidente da Província que, em Paranaguá, não mais havia estabelecimento para a construção de novas embarcações.

Estava, pois, a Província praticamente sem indústrias e lavouras, com a erva-mate em dificuldades e a atividade agrícola sem poder preencher sequer as exigências do consumo local.

José Mathias Ferreira de Abreu(17) no início de 1860, descreveu em suas *Memórias* o estado da agricultura do Paraná, a qual estava aliás sob a pressão das circunstâncias gerais que atuavam sobre todo o País. A carestia era particularmente grave no Paraná, onde a produção era limitada à erva-mate e os interesses voltados para o gado, conforme os costumes paranaenses.

Os moradores dos campos possuíam hábitos pastoris pronunciados. As lides do gado eram o seu ofício e a sua paixão, de tal modo que plantavam a terra o menos possível, sem prazer nem dedicação.

Dessa indiferença resultava uma produção incompleta e insuficiente. José Mathias renovava a observação de Zacarias de Goes e Vasconcellos, de que a população toda se aplicava unicamente às práticas ervateiras, empregando força de trabalho superior à que elas realmente comportavam.

A erva-mate gozava, na verdade, de predicados que tornavam impraticável a concorrência de qualquer outro ramo industrial. A indústria do mate não tinha necessidade de tempo e energia para a criação da matéria-prima, enquanto que o seu beneficiamento exigia também maior tempo ou grande esforços, com o produtor do mate recebendo ouro em troca de folhas. Desse modo, segundo José Mathias, os paranaenses não iriam trabalhar a terra, o que lhes exigiria maiores fadigas, com o lucro fácil da erva à sua disposição.

Nos mercados externos, porém, a situação da erva não se modificara. O cônsul do Império no Uruguai(18), em 1861, informava que as ervas paraguaias e missioneiras continuavam a alcançar melhores preços que as de Paranaguá, respectivamente 40, 29 e 23 réis a arroba, além do que as maiores quantidades de ervas ofertadas na praça de Montevidéu eram paranaenses e sem compradores.

Uma das limitações da erva paranaense, no Exterior, era imposta pelo seu acondicionamento em surrões de couro que lhe alteravam o aroma e o sabor. O cônsul refere-se, nessa oportunidade, à presença no mercado uruguaio de erva-mate acondicionada em latas, fabricada em Porto Alegre. Assim, inclusive pela sua apresentação, a erva do Rio Grande do Sul era preferida. De outro lado, o contrabando de ervas missioneiras era facilitado pelas fronteiras terrestres com o Uruguai.

O Paraguai e o Rio Grande do Sul, em Montevidéu, também concorriam com as madeiras do Paraná. As madeiras do Chaco eram preferidas e tidas como melhores para a construção.

Desse modo, em 1861, ainda o Presidente da Província(19) declarava que não terminaram os efeitos da crise pela qual acabara de passar o País.

... PARANÁ. **Relatório do Capitão do Porto de Paranaguá ao Presidente da Província, de 11 de novembro de 1862.** Ofícios — 1862.

(17) FERREIRA DE ABREU, José Mathias. **Memórias**, em 14 de fevereiro de 1860. Arquivo Público do Estado do Paraná. Ofícios — 1860.

(18) ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Relatório do cônsul Melchior Carneiro de Mendonça, de 3 de novembro de 1861.** Caixa n.o 256-3-15.

(19) CARDOSO, José Francisco. **Relatório do Presidente da Província, em 18 de março de 1861, apresentado ao Doutor Antonio Barbosa Gomes Nogueira.** Curityba, Typ. do Correio Official, 1861, p. 30.

No relatório consular de 1862[20] havia uma nota de otimismo. A erva de Paranaguá melhorara bastante em qualidade, recuperando sua reputação, da qual decaíra pelas grosseiras falsificações com a introdução de ervas estranhas, fraude conhecida e verberada pelos prejuízos ao comércio exterior do Paraná.

Essa melhoria tornou mais procuradas as ervas paranaenses que alcançaram inclusive melhores preços. Contudo, nesse mesmo ano de 1862, pelo superabastecimento do mercado uruguaio registrou-se ali progressivo declínio de preços, devido à dificuldade de colocação de todas as ervas paranaenses.

As acusações de fraude, por sua vez, persistem, ao ponto do cônsul brasileiro[21] sugerir ao Governo Imperial que fizesse publicar nos jornais da Província do Paraná as notícias veiculadas por periódicos mercantis de Montevidéu acerca da má qualidade e a péssima reputação das ervas paranaenses que eram assim preteridas.

Deste modo, o otimismo manifestado anteriormente pouca duração teve, e as esperanças de melhoria do produto paranaense não se haviam concretizado.

No Paraná era bem conhecida a posição de suas ervas no Exterior. Demétrio Acácio Fernandes da Cruz[22], Inspetor da Alfândega, em fevereiro de 1862, denunciava a crise porque passava o mate. Não só as revoluções no Prata perturbavam a sua comercialização, nem também era apenas a concorrência paraguaia e missioneira, mas as reiteradas falsificações dos engenheiros paranaenses que provocavam o seu descrédito. E acrescentava: grandes plantações de ervais, proporcionando matéria-prima superior, já estavam sendo realizadas por hábeis especuladores platinos.

De outro lado, apontava ainda a concorrência que mantinham entre si os próprios comerciantes exportadores de Paranaguá que consignavam o produto a muitos agentes nas praças de Montevidéu e Buenos Aires, destruindo o único meio de manter o preço que o monopólio em favor de um só consignatário poderia elevar.

Demétrio Acácio assinala o início da decadência do comércio ervateiro, a partir do exercício de 1858-1859, e não via perspectivas de melhora, de tal modo que prognosticava o fim do comércio paranaense de erva-mate, o qual, a seu ver, contribuirá para o empobrecimento da Província, pelo abandono da grande e da pequena lavoura em terras paranaenses.

O que se passava com a erva-mate em parte ocorria também com o corte de madeiras. Além da desapiedada devastação das matas do litoral, as madeiras cortadas em estações indevidas e ainda verdes iam apodrecer nos armazéns dos mercados consumidores. A ânsia de inescrupulosos em exportar cada vez maiores quantidades sem olhar a qualidade tornara também proverbial o descrédito das madeiras paranaenses no Rio da Prata e no Rio de Janeiro. Naquele, chegara a tal ponto que, quando se mandava construir uma casa, uma das condições essenciais do contrato era a de que não possuísse um só pau de madeira do Paraná. No Rio de Janeiro, as madeiras do Paraná eram empregadas somente em andaimes e outros misteres secundários. Demétrio Acácio era também o

(20) ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Relatório do cônsul Melchior Carneiro de Mendonça, de 20 de outubro de 1862.** Caixa n.o 256-3-15.

(21) ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Relatório do cônsul Melchior Carneiro de Mendonça, de 20 de outubro de 1862.** Caixa n.o 256-3-15.

(22) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório do Inspetor da Alfândega de Paranaguá, Demétrio Acácio Fernandes da Cruz, ao Presidente da Província, de 7 de fevereiro de 1862.** Ofícios – 1862.

porta-voz de opinião generalizada que tal exportação deveria ser extinta em favor dos interesses do País e da lavoura da Província.

Em relação às madeiras, agravava-se o problema do contrabando. Denúncias eram freqüentes a respeito da devastação das matas nacionais. A exploração indiscriminada, sem dúvida, estava presente. Os falquejadores que cortavam as madeiras, em geral, eram caboclos miseráveis, alguns dos quais possuíam apenas nos matos as choças em que se abrigavam durante o corte. Só um dos exploradores, conforme denúncia apresentada em 1862 por Antonio Ferreira da Costa(23), carregava 8 ou mais embarcações com milhares de vigas, além de maças e raios, o que muitas vezes fazia abertamente sob os nomes falsos de madeiras comuns quando, na verdade, eram cedros, ipês e peroba.

Outro Inspetor da Alfândega(24), ainda em 1862, criticava a ausência da pesca no litoral paranaense que sequer atendia ao consumo local, atribuindo a indiferença por outras atividades econômicas à erva-mate. Todos se preocupavam apenas com ela que, na verdade, seria o primeiro agente da decadência da lavoura e do comércio. Daquela, porque afastava os braços necessários, e deste, por constituir produto que não encontrava colocação nos mercados europeus, não possibilitando a importação direta.

Apesar de tudo, a exportação continuava apenas da erva-mate, de algumas madeiras e do arroz pilado, do litoral.

É certo que as revoluções da Prata também contribuíam para as dificuldades do comércio.

A guerra civil no Uruguai perturbava a comercialização dos gêneros importados que, ou ficavam nos depósitos, ou eram reexportados a baixo preço para a Confederação Argentina, em virtude do trânsito difícil para o interior do país. De todo modo, a erva do Paraguai continuava sendo a preferida, e a situação anormal atingia em cheio apenas as ervas de Paranaguá.

Em 1863, o cônsul brasileiro(25) em Montevidéu calcula que uma terça parte da erva paranaense, importada por Montevidéu, era reexportada para a Argentina. E começava também a assinalar, em relação ao Uruguai, o declínio das embarcações brasileiras no tráfico comercial entre o Império e aquele país.

Na cidade de Paranaguá, o Inspetor da Alfândega(26), Manuel Augusto de Figueiredo, relatando o exercício de 1862-1863, continuava pessimista. As rendas haviam decrescido em virtude da diminuição ocorrida no comércio de cabotagem, uma vez que as firmas do Rio de Janeiro, fornecedoras de mercadorias estrangeiras despachadas para consumo continuavam retraídas. E, em relação à erva-mate, estava presente a mesma observação amarga dos relatórios anteriores, ou seja, a de que não era do ramo de renda pública suscetível de florescimento. A erva não tinha consumo na Europa e nos Estados Unidos, não permitia permuta com gêneros importados diretamente e sofria a concorrência de ervas superiores. A má fabricação, as falsificações, tudo fazia decair o seu comércio,

(23) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Denúncia feita por Antonio Ferreira da Costa, em 1862, ao Presidente da Província.** Ofícios — 1862.

(24) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório do Inspetor da Alfândega de Paranaguá.** Ofícios — 1862.

(25) ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Relatório do cônsul Melchior Carneiro de Mendonça, de 13 de abril de 1863.** Caixa n.º 256-3-17.

(26) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório do Inspetor da Alfândega, Manuel Augusto de Figueiredo, ao Presidente da Província, de 3 de janeiro de 1864.** Ofícios — 1864.

o que era evidente desde o exercício de 1858-1859. Assim, nas circunstâncias desfavoráveis em que se encontrava o comércio de erva-mate, Manuel Augusto de Figueiredo não via outra saída para o acanhado círculo em que se encontrava encerrada a Província, a não ser a busca de outro produto de valor e de consumo na Europa e na América do Norte.

Embora a paz no Estado Oriental houvesse propiciado maiores carregamentos de erva para o Rio da Prata, além de outros em grande escala para o Chile e mesmo maior animação e confiança de casas comerciais do Rio de Janeiro, fornecedoras das mercadorias importadas pelos comerciantes paranaenses, a situação econômico-financeira da Província continuava a inspirar receios. A Casa Miró & Irmãos prosseguia retraída em relação às importações de gêneros recebidos diretamente do Exterior.

A erva-mate, não tendo mercados na Europa, as importações eram difíceis. Deste modo, em 1864, a Alfândega de Paranaguá estava habilitada a importar diretamente apenas o charque e o sal vindos do Rio da Prata. As importações, quer de gêneros nacionais, quer estrangeiros, vinham do Rio de Janeiro para abastecimento de toda Província.

Outros problemas de ordem financeira também repercutiam na praça de Paranaguá, como o pânico de 1864, ante as notícias de que o peso boliviano, moeda que ali corria largamente em virtude das exportações de erva-mate para o Sul, não teria peso legal, havendo sido recusado no Rio da Prata. O exame da moeda, procedido por Francisco Fasce Fontana, constatou porém a não veracidade dos boatos.

O ano de 1865 foi de crise geral no Império. A Província estava se debatendo com as dificuldades da exportação de erva-mate e com as escassez de suas lavouras. A própria situação pastoril do Paraná era grave, com a degenerescência da qualidade do gado criado e, sobretudo, com a perda das pastagens. Afirmava o Vice-Presidente Manuel Alves d'Araújo(27), em 1865, que os campos do Paraná, alugados para as invernadas, não rendiam mais de 2% ao ano.

Decresciam os valores da exportação pela depreciação do mate nos mercados do Prata. Aumentavam aqueles da importação, não pela maior introdução de mercadorias, mas pela alta dos tecidos de algodão.

Grave era, pois, a situação que se abatia sobre a Província do Paraná. A conjuntura da Guerra do Paraguai, porém, favoreceria a Província (embora houvesse o recrutamento militar) possibilitando-lhe maiores carregamentos de erva-mate para o Prata e o Chile, com o afastamento das ervas paraguaias e as dificuldades de fornecimento das ervas missioneiras.

A animação do comércio, em decorrência da Guerra, fez aumentar o número de casas comerciais na Província. Em 1868, já existiam 666 casas das quais 184 em Paranaguá, 145 em Curitiba, 106 em Antonina e 87 em Morretes. Eram 466 pertencentes a comerciantes brasileiros, 130 a portugueses e 70 a estrangeiros de nacionalidades diversas, sobressaindo-se aqueles de origem alemã. Quanto ao capital social, 417 o possuíam inferior a um conto de réis, 61 de um a dois contos, 45 de dois a três contos, e 50 de três ou mais contos de réis, sendo que apenas cinco empresas na Capital pagavam, em face de seu elevado capital, imposto especial equivalente ao dobro das últimas. Eram quatro lojas de roupas feitas e uma loja de calçados importados.

(27) ARAÚJO, Manuel Alves. **Relatório com que o Vice-Presidente da Província passou a administração ao Doutor André Araújo de Pádua Fleury, no dia 19 de agosto de 1865.** Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1865, p. 19.

A concentração de 78% das casas comerciais paranaenses em Paranaguá, Curitiba, Antonina e Morretes é reveladora da sua conotação com as atividades ervateiras.

Sabe-se que, no ano de 1868, pela barreira da Graciosa desciam dos municípios do interior para beneficiamento em Morretes e exportação pelos portos de Paranaguá e Antonina 633.000 arrobas de gêneros, sendo mais de 660.000 arrobas somente de erva-mate, 3.200 de milho, 2.900 de algodão, 2.800 de toucinho e 2.600 de feijão, além de outros. Do litoral para serra acima subiram, nesse ano, 391.000 arrobas, sendo 120.000 de sal, 21.600 barris com líquidos diversos, além de gêneros alimentícios, fazendas, peças de vestuário, ferragens e outros.

O sal mantinha-se como um dos principais produtos de importação, em face das atividades da criação e comércio do gado.

Era um grande movimento, porém revelador de permanente especialização da Província, de erva-mate e gado.

Nesse ano de 1868, o Inspetor da Tesouraria Provincial(28) que analisava o incremento comercial da Província dizia que o mesmo fora devido ao aumento das exportações de erva-mate, provocado pela Guerra que fazia a erva do Paraná ser procurada inclusive no Rio Grande do Sul, onde decrescera a sua fabricação. Contudo, o Inspetor alertava aos comerciantes e às autoridades que o mate do Paraná, pelo descuido a que estavam entregues os ervais nativos, os péssimos processos de dissecação, torrefação, soque e acondicionamento e, sobretudo as suas falsificações, não tinha condições de competir com as ervas do Paraguai e do Rio Grande do Sul. Assim, tão logo terminasse a Guerra, o mate paranaense voltaria em condições ainda piores, quer pelos preços, quer pelas quantidades ofertadas. O Inspetor recomendava, ante o iminente perigo que desordenaria toda a vida econômica da Província, a introdução de novas técnicas, semelhantes às do Rio Grande, além da urgente necessidade da abertura de novos mercados consumidores.

A Guerra afastara também as embarcações nacionais, de modo que navios estrangeiros chegavam a Paranaguá em grande número para os carregamentos de erva para Buenos Aires e Montevidéu.

A conjuntura da Guerra do Paraguai foi, certamente, favorável ao comércio exportador paranaense, não apenas pelas maiores quantidades de erva requeridas pelo Rio da Prata, como pelos melhores preços alcançados. Nos exercícios de 1861-62 a 1865-66 os preços médios haviam girado em torno de 2$000, mas de 1866-67 a 1870-71 foram superiores a 3$000, com partidas alcançando 4$000 e mesmo 4$500.

O término da Guerra não teve repercussão imediata. O Paraguai não estava em condições de competir subitamente no mercado ervateiro platino, sustentando-se as exportações e os preços da erva paranaense por algum tempo.

O melhoramento técnico no preparo do mate, porém, tornara-se vital para a qualificação do produto paranaense. Graças ao trabalho de Francisco de Camargo Pinto, depois de 1866 foram introduzidos aperfeiçoamentos de importância, tais como a roda hidráulica melhorada, o torrador de forma cilíndrica, a máquina de peneirar e abanar, o engenho de moer pelo sistema retromoderado, o engenho de moer pelo sistema circular e a prensa para compressão do mate nos surrões e barricas.

A adoção de barricas de madeira de pinho paranaense para o acondicionamento, sugerida há tempos, inclusive por Antonio Rebouças Pereira Filho, havia sido

(28) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial, Dias da Rocha, ao Presidente da Província.** Ofícios — 1868.

de grande importância para a melhoria da apresentação do mate paranaense.

A normalização das condições do comércio ervateiro no Prata levou o Paraná às suas dificuldades anteriores. A demasiada abundância do produto, superior ao consumo que dele se fazia no Prata e, sobretudo a diminuição das suas possibilidades de colocação teriam reflexos danosos nos preços, levando-os à baixa. As rendas provinciais, por sua vez, entram em declínio. Os comerciantes tornam-se cautelosos e o comércio novamente entra em estado estacionário.

O Vice-Presidente da Província(29), Manuel Antonio Guimarães, grande e experimentado comerciante de mate, assinala o decréscimo da receita provincial de 1872-73 motivado pela baixa dos preços da erva-mate. Alude ao declínio das exportações desde 1868-69 que se agravava, no consumo e no preço, pela concorrência nos mercados do Prata.

A abertura da estrada da Graciosa, em 1873, poderia propiciar o desenvolvimento da exploração da madeira de pinho do planalto. O Presidente da Província esperava que as facilidades da nova estrada, mas, sobretudo, a concretização da estrada de ferro que se encontrava em estudo, fizessem da exploração de madeiras um dos principais negócios da Província, abrindo-lhe novas perspectivas econômicas.

A primeira tentativa dessa exploração, empreendida desde 1872 pela Companhia Florestal Paranaense não teve êxito. Tal companhia, fundada por Antonio Rebouças Pereira Filho, utilizou uma serraria a vapor na Borda do Campo, a 25 quilômetros de Curitiba. A estrada da Graciosa, com suas inúmeras voltas e demais deficiências de conservação, não permitira o fácil transporte e a Companhia não pôde dar saída à grande quantidade de madeiras que havia serrado. Em decorrência, foi obrigada a paralisar suas atividades.

Em 1874, pelo jornal *Dezenove de Dezembro*(30), Manuel Eufrásio Correia referia-se ao abatimento em que se encontravam as forças produtivas do Paraná, e o Presidente Araújo Abranches, em seu relatório de 1875, informava o geral decréscimo das rendas que ocorria desde o término da Guerra do Paraguai.

Logo depois, em 1875, Manuel Negrão(31) denunciava que não fora apenas o término da Guerra, mas sobretudo a má qualidade das ervas apresentadas pelos paranaenses no mercado externo o fator condicionante da queda das rendas públicas e apontava a existência de poucos beneficiadores honestos no Paraná.

O debate em torno da situação do Paraná viera a público no *Dezenove de Dezembro.* Uma semana depois, em 17 de março de 1875, Antonio Ricardo dos Santos(32), um dos grandes ervateiros paranaenses, afirmava que, na realidade não houvera após a Guerra diminuição nas rendas da exportação, nem também a erva paranaense poderia ser acusada de má qualidade. O que realmente havia sofrido alterações era o câmbio, a diferença do valor do ouro entre as praças do Rio de Janeiro e do Rio da Prata. Nessa diferença estaria a origem da diminuição do lucro que sofriam os exportadores, desde que o câmbio no Brasil ficara ao par. Durante a Guerra, a onça de ouro valera no Rio de Janeiro cerca de 45$000 e, em 1875, caíra a 30$000. Houve, pois, durante a

(29) GUIMARÃES, Manuel Antonio. **Relatório apresentado ao Doutor Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, no dia 13 de junho de 1873.** Curityba, Typ. da Viúva Lopes, 1873, p. 25.

(30) **Dezenove de Dezembro,** de 18 de novembro de 1874.

(31) **Dezenove de Dezembro,** de 10 de março de 1875.

(32) **Dezenove de Dezembro,** de 17 de março de 1875.

Guerra, uma diferença de 50% em favor das exportações. De qualquer modo, Antonio Ricardo dos Santos dizia ser um mal que todos na Província se dedicassem apenas ao mate, descuidados de outras atividades econômicas necessárias às sua vida e progresso.

Todavia, o Presidente Lamenha Lins(33), em 1876, reafirmava que a erva-mate era e continuaria a ser por muito tempo a principal e quase única fonte de rendas da Província. O próprio negócio da invernagem das tropas que se dirigiam às feiras de Sorocaba também se encontrava em declínio.

A importação, após a Guerra, continuava na mesma situação anterior. Manuel Antonio Guimarães(34), no exercício da presidência da Província informava, em 1873, ser quase nula a importação direta. Os gêneros estrangeiros, navegados com carta de guia, vinham principalmente do Rio de Janeiro. E Lamenha Lins(35) relatava, em 1876, a inexistência de navegação regular direta com a Europa, freqüentados os portos da Província por navios estrangeiros somente em procura de carregamentos de erva-mate para o Rio da Prata e o Chile.

No ano seguinte, o Capitão do Porto de Paranaguá(36) realizava praticamente com as mesmas palavras a observação do Presidente, acrescentando porém que a freqüência de embarcações estrangeiras havia diminuído em virtude da baixa dos preços da erva-mate nas praças consumidoras.

A situação da navegação e comércio externos, com base na erva-mate, continuava de mal a pior. O relatório do Inspetor da Alfândega(37), de 1878, assinala o contínuo decréscimo das rendas da exportação, tanto no porto de Paranaguá, quanto no de Antonina. Achava tal situação um fenômeno econômico digno de estudo. Não podia compreender porque, sendo a erva-mate a única indústria da Província e havendo consumo do produto nos mercados tradicionais, se encontrava o comércio em estagnação desanimadora.

As rendas da importação também declinavam na Alfândega. É certo que a epidemia de febre amarela, no primeiro semestre, havia arrebatado a um só tempo os representantes das duas casas alemãs de importação há pouco estabelecidas em Paranaguá em ligação direta com portos europeus. Uma das casas logo fora liquidada e a outra se encontrava em sérias dificuldades.

Todos sentiam a situação pouco lisonjeira do comércio paranaense. Comentando os resultados do exercício de 1873-1874, o cônsul brasileiro(38) em Buenos Aires salientava que, embora continuando como um dos quatro principais produtos do Império ali importados, a erva-mate apresentava cifras decrescentes. É verdade que acontecimentos políticos na Argentina novamente perturbavam os negócios em geral. A crise política argentina,

(33) LAMENHA LINS, Adolpho. **Relatório do Presidente da Província à Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de fevereiro de 1876.** Curityba, Typ. da Viúva Lopes, 1876. p. 138.

(34) GUIMARÃES, Manuel Antonio. **Relatório com que o Vice-Presidente da Província abriu a 2.ª sessão da 10.ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, em 13 de junho de 1873.** Curityba, Typ. da Viúva Lopes, 1873, p. 25.

(35) LAMENHA LINS, p. 32-A.

(36) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório do Capitão do Porto de Paranaguá ao Presidente da Província, de 2 de janeiro de 1877. Ofícios — 1877.**

(37) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório do Inspetor da Alfândega de Paranaguá, Sebastião Marques de Souza, de 31 de julho de 1878.** Ofícios — 1878.

(38) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório do cônsul João Adrião Chaves, de 15 de setembro de 1874.** Caixa n.º 241-4-17.

perdurando até o exercício de 1876-1877, faria em muito declinar as importações. Elas melhoraram em 1877 e os gêneros brasileiros encontraram maior procura e consumo. A erva-mate paranaense, porém, era toda encaminhada para a campanha, uma vez que os produtores persistiam em não aprimorar suas qualidades.

Também no Uruguai os negócios não iam bem. O País encontrava-se em crise, obrigado a reduzir as importações e com a navegação externa em declínio. Dizia o cônsul brasileiro(39) em Montevidéu, observando o exercício de 1877-1878, que o movimento comercial decrescera, sendo realizados apenas embarques de cereais e carnes secas. No exercício seguinte a tendência era para maior baixa ainda, e os martelos dos leiloeiros haviam tido verdadeira safra com as inúmeras liquidações de casas comerciais.

A situação crítica era geral. Até no Chile notava o cônsul brasileiro(40) que a crise comercial há quatro anos perseguia todas as classes da sociedade, com o comércio restringido suas operações, o que repercutia diretamente sobre o comércio importador da erva brasileira que, no exercício de 1876-1877, atingia ainda 90% do total das importações brasileiras realizadas pelo Chile.

No Paraná, a erva-mate continuava a ser responsabilizada pela precária situação econômica da Província. O Chefe de Polícia(41), em 1878, acusa a erva-mate pela indolência da população do interior do Paraná, província que não desenvolvera, pelo lucro fácil propiciado pela erva, elementos de prosperidade, riqueza e moralidade. Além do que, a ganância pela erva estava levando à invasão de ervais alheios, com graves perturbações da ordem pública.

Em Paranaguá, o decréscimo das rendas da Alfandega agravara-se com a abertura da estrada da Graciosa que desviara, em boa parte, o comércio exportador da erva-mate para o porto de Antonina. Assim, tudo contribuía para a delicada situação do porto. Outra condicionante ainda, de grave importância, seria apontada oficialmente no relatório da Alfândega(42), do exercício de 1878-1879, ou seja, o encaminhamento de produtos paranaenses para exportação via portos da Província de Santa Catarina.

A todos os males que afligiam a erva-mate do Paraná vinha reunir-se mais um. Objetivando iludir o fisco paranaense mais rigoroso, os especuladores praticavam o descaminho da erva. Em Joinville, em 1877, já existiam três engenhos de soque de erva-mate, instalados por iniciativa de engenheiros procedentes de Morretes. Estes engenhos remetiam milhares de arrobas de mate para os portos platinos via porto de São Francisco. Assim procedendo, os especuladores paranaenses furtavam-se ao pagamento de impostos provinciais, além do que, na Província de Santa Catarina não existiam barreiras para a cobrança de pedágios nem postos fiscais. De outro lado, era notório que navios que transportavam colonos para a Colônia Dona Francisca conduziam sempre, a título de bagagem de imigrantes, certa quantidade de mercadorias no Paraná pela mesma estrada por onde transitavam as ervas.

(39) ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY **Relatório do cônsul Carlos Eduardo Cabral Deschmaps, de 30 de dezembro de 1879.** Caixa n.o 256-4-2.

(40) ARQUIVO DO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Relatório do cônsul Antonio Rodrigues Martins, em 30 de outubro de 1877.** Caixa n. o 266-1-12.

(41) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório do Chefe de Polícia Carlos Augusto de Carvalho, de 20 de fevereiro de 2869.** Ofícios — 1869.

(42) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório do Inspetor da Alfândega de Paranaguá ao Presidente da Província, relativo ao exercício de 1878-79.** Ofícios — 1879.

Era bastante grave a denúncia do Inspetor da Alfândega. A exportação de ervas paranaenses pelo porto de São Francisco e a introdução de mercadorias importadas por esse porto perturbavam na verdade o comércio exterior do Paraná e, sobretudo, iludiam as rendas provinciais. No ano de 1879, o inspetor avaliava em mais de 60 contos de réis o desfalque do fisco paranaense com a saída de erva-mate por Santa Catarina.

Desde 1865, tivera início a concorrência do porto de São Francisco. Engenhos foram estabelecidos em Joinville e mesmo em São Bento. A erva colhida em ervais paranaense era ali beneficiada, quando não contrabandeada já preparada, não pagando os impostos provinciais e municipais paranaenses. Pouco mais tarde se diria, enfaticamente, que São Francisco era um mercado que se levantava para reduzir ao nada o comércio paranaense de erva-mate(43).

As ligações comerciais, via porto de São Francisco, eram facilitadas pela questão de limites ente o Paraná e Santa Catarina, ainda pendente de decisão.

Em 1880, o Presidente da Província do Paraná(44), relatando o declínio das exportações da erva-mate pela baixa de preços e pela transferência de muitos exportadores para Santa Catarina, onde o comércio já estava sendo explorado em grande escala, atribuía o fato à indecisão na fixação dos limites interprovinciais, o que não permitia a ação pronta do fisco paranaense.

Ante a nova conjuntura, as localidades de maior importância para a comercialização da erva-mate em rama passaram a ser aquelas da Lapa e do Rio Negro.

Contudo, em 1880, não obstante a concorrência de Antonina e de São Francisco, e mesmo os distúrbios políticos registrados na Argentina, Paranaguá mantinha-se como 3.º maior porto exportador brasileiro para aquele país, e o maior no que dizia respeito à erva-mate. Os exercícios de 1880-1881 a 1882-1883 indicam mesmo maiores importações de erva procedente de Paranaguá em Buenos Aires.

Todavia, Leocádio Pereira da Costa(45), ao prestar contas da situação da Alfândega, em 1881, expunha novamente as mesmas condições. Não havia importação direta, apenas um comércio com escalas. A exportação constava quase que exclusivamente de ervas para o Prata e o Chile, além de poucas madeiras, arroz, ossos e resíduos de couros. E vaticinava que, na Alfândega de Paranaguá, a renda da exportação nunca mais atingiria os valores apresentados, mas pela baixa dos preços da erva desde que os mercados consumidores haviam podido novamente suprir-se de ervas paraguaias. O Presidente João José Pedrosa alude também à crise comercial poque passava o País, refletindo-se no comércio paranaense. Era sempre a mesma problemática.

Em 1881, pela primeira vez encontrava-se na Presidência da província um paranaense, conhecedor profundo dos problemas ervateiros. Em seu relatório de fevereiro, João José Pedrosa(46), comentando tudo

(43) **Dezenove do Dezembro**, de 4 de janeiro de 1882.

(44) DANTAS FILHOS, Manuel Pinto de Souza. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná pelo Presidente da Província, no dia 16 de fevereiro de 1880.** Curityba, Typ. Perseverança, 1880, p. 71.

(45) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório do Inspetor da Alfândega de Paranaguá, Leocádio Pereira da Costa, em 31 de Janeiro de 1881.** Ofícios — 1881.

(46) PEDROSA, João José. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná pelo Presidente da Província, no dia 16 de fevereiro de 1881.** Curityba, Typ. Perseverança, 1881, p. 33.

quanto já se havia dito sobre a erva-mate na vida econômica do Paraná, acusada sobretudo de haver sido sempre um mal e um obstáculo ao progresso da Província, inclusive pelos hábitos de comodismo e indolência que teria formado nos paranaenses, dizia: a erva-mate foi sempre a riqueza do Paraná que, apesar de possuir escassa população, apresentava desenvolvimento e rendas que muitas Províncias de maior porte do Império invejável. A erva-mate trazia dos mercados consumidores, anualmente, cerca de 4 mil contos de réis, e o mate era, sem dúvida, um dos principais produtos da exportação do Império Brasileiro.

De fato, a erva-mate constituía um dos grandes produtos da exportação nacional. Por isso mesmo, o próprio Governo Imperial estava preocupado com sua decadência. Encarregara o médico francês Louis Couty, enviado ao Paraná em 1879, de preparar uma memória acerca das virtudes medicinais da planta, promovendo a sua divulgação a fim de ganhar novos mercados.

Mas a crise comercial do ano de 1881 repercutia visivelmente nas exportações da erva. Compreenderam as autoridades e os exportadores que era preciso melhorar a qualidade do produto, livrando-o de falsificações e impurezas. E dizia João José Pedrosa que, empreendendo verdadeira cruzada contra os abusos cometidos pelos ervateiros, os engenheiros passaram a rejeitar toda a erva que não fosse pura, e esmeravam-se na fabricação do mate.

O resultado dessa atitude foi, segundo o Presidente da Província, aquele assinalado pelo Doutor Couty; com a melhoria da qualidade, o mate do Paraná tivera aumentado o seu valor, ao passo que o do Paraguai depreciava-se, tendendo a desaparecer a diferença que havia entre ambos, outrora considerável. De qualquer maneira, os resultados eram visíveis: o Paraná fornecia 3/5 partes do mate consumido em toda a América do Sul.

Porém, novo percalço surge na história da exportação da erva-mate paranaense. Empreendia-se no Rio da Prata a importação de erva em rama, a fim de ser ali beneficiada. Negociantes das praças de Buenos Aires e de Montevidéu obtiveram dos respectivos governos, por alguns anos, privilégios fiscais, sobretudo favores importantes nas tarifas aduaneiras para a importação de ervas semipreparadas e para a elaboração final do mate na Argentina e no Uruguai.

O protecionismo governamental favorecia a erva importada em rama, com a diferença de 2$000 sobre a beneficiada, em 15 quilos.

Os engenheiros do Paraná, naturalmente ameaçados nos seus interesses, passaram a propor e defender a proibição da exportação da erva em rama ou cancheada. Entretanto, como considerava o Presidente Pedrosa, tal medida seria inócua, pois os interessados iriam procurá-la em outra parte, a começar por Santa Catarina. O que importava, realmente, era conceituar o mate paranaense nos mercados do Prata, a fim de que se pudesse enfrentar os novos concorrentes.

O mate era de vital importância para a Província, motivando três atividades distintas: a extrativa, a fabril e a comercial, além de alimentar quase toda a indústria de carretos existente no Paraná e aquela de barricaria. Assim, todos os seus embaraços repercutiam, em geral, na vida econômica paranaense.

Em todos os setores ela atravessava momentos difíceis. O comércio de animais também caía sensivelmente. A passagem de muares no registro do Rio Negro que, no exercício de 1870-1871 rendera mais de 80 contos de réis, naquele de 1877-1878 produzira apenas 8 contos de réis e permanecia estacionária.

A exportação de madeiras também não tivera desenvolvimento. A exploração do

pinho alimentava apenas uma pequena indústria de consumo local, no planalto.

A ausência de produtos colocáveis na América do Norte e na Europa não propiciava ligações diretas, mantendo-se o comércio na dependência dos intermediários do Rio de Janeiro, perdendo-se os lucros e encarecendo as mercadorias.

Desta maneira, os relatórios oficiais continuam a apontar somente dificuldades. Baixo preço da erva, declínio das rendas da exportação, retraimento de beneficiadores e exportadores. O aumento de quase 50% ocorrido no exercício de 1880-1881 na Mesa de Rendas de Antonina teria sido acidental, enquanto que aquele ocorrido na Alfândega de Paranaguá, com as rendas da importação era ilusório, porque embora operando na praça uma firma importadora, Drusina Stolle & Cia., ele fora devido unicamente à importação de materiais para a construção da estrada de ferro.

O Presidente Oliveira Bello(47), em outubro de 1883, ainda se refere à crise melindrosa que atribulava a Província, com a queda das exportações de erva-mate e com a decadência do comércio interno de muares. Como um dos meios que permitiu ao mate paranaense competir nos mercados estrangeiros, propunha alívio fiscal nos impostos de saída.

Desde 1882, abarrotados os mercados platinos e paralisados os negócios no Prata, no Paraná pararam os engenhos. Em 1884 eram desoladoras as notícias vindas do Sul e dizia-se que um muro compacto erguia-se contra os paranaenses. Nesse ano, aliás, somente em julho foram realizadas algumas grandes vendas, porém sempre a preços baixos.

Assim permanecia a situação em 1885. As dificuldades agora eram particularmente atribuídas ao desenvolvimento do comércio da erva-mate de Santa Catarina. Entretanto, estava presente a concorrência do Paraguai, Corrientes e Missões. Os impostos também eram desanimadores. Nada menos que 9 taxações incidiam sobre a erva, desde o direito municipal, os impostos provinciais de trânsito, os impostos de indústria nacional, provincial e municipal, e os direitos de exportação, também nacionais, provinciais e municipais. Sobretudo, atuava ainda a exportação da erva-mate em bruto para a Argentina, onde era beneficiada.

Este último fator era inquietante para os senhores de engenho. Muitos, aliás, foram obrigados a fechar seus estabelecimentos. O clamor levou a Assembléia Legislativa Provincial a aprovar a Lei n.º 810, de 3 de novembro de 1885, fixando em 2$000 o direito provincial de saída por arroba de erva cancheada, deixando porém livre a exportação de erva beneficiada. Acreditava-se com esta medida salvar a indústria ervateira. Porém, a reação argentina não tardou. A erva brasileira beneficiada ao entrar em Buenos Aires passou a pagar o equivalente a 1$000 por arroba, enquanto era deixada livre a importação de erva cancheada, anulando, pois, os efeitos do dispositivo legal paranaense.

Ante a guerra tarifária, a exportação da erva-mate paranaense viveria anos críticos.

O Presidente Taunay, em 1886, nomeava comissões para a fiscalização dos embarques de erva-mate, em Paranaguá e Antonina, a fim de evitar a saída de produto de qualidade inferior. Esperava-se recuperar o prestígio e a posição do mate paranaense.

O mate continuava, apesar de tudo, após o café e o fumo, a dominar nas exportações do Império para a Argentina. No exercício de 1884-1885, constituía

(47) OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves Leite de. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná pelo Presidente da Província, no dia 1.º de outubro de 1883.** Curityba, Typ. Perseverança, 1883. p. 41.

30% do total e no seguinte, 1885-1886, vinha logo após o café, com 39% das importações brasileiras. O cônsul(48), no entanto, não deixava de notar que o tráfico mercantil entre o Império e a Argentina tombara inteiramente em mãos estrangeiras, afastadas as embarcações nacionais.

A conjuntura agora é de importância para a exploração da madeira de pinho, com a conclusão da estrada de ferro ligando Curitiba ao litoral.

O mercado brasileiro de madeiras de construção, principalmente as praças do Rio de Janeiro e Santos, era abastecido pelos pinhos do Báltico e da América do Norte. Examinado o pinho paranaense, este foi considerado superior a aqueles em resistência e flexibilidade. Proprietários de serrarias paranaenses enviaram amostras de pinho serrado, em pranchões e tabuado, aos mercados nacionais e ao Rio da Prata, encontrando boa aceitação, inclusive por apresentar qualidade similar e de menor preço.

Assim, foram adquiridos maquinismos em Londres e foram iniciados em 1886, com o apoio da Presidência da Província, os trabalhos de serra de grandes quantidades de madeiras para a exportação. Mas tiveram pela frente a oposição de grandes importadores e corretores dos pinhos bálticos e americanos, os quais foram obrigados a vencer.

Estabelecimentos foram fundados para a exploração dos pinhais, às margens da estrada de ferro. Seria esta, de fato, a marcha das serrarias, primeiramente ao lado ou nas proximidades das linhas férreas, delas se distanciando com o tempo e a conseqüente devastação das matas próximas de araucárias.

Entre os estabelecimentos referidos, dois sobressaíam, o de Ildefonso Pereira Correia & Cia., situado entre a vila de São José dos Pinhais e a freguesia de Piraquara, o qual, com algumas máquinas de serrar movidas a uma locomotora de 20 cavalos, tinha a produção diária de 500 peças serradas; o outro, a empresa Desmarais & Cia, também produzia tabuado em grandes quantidades.

A produção do pinho encontrara grande estímulo na administração de Faria Sobrinho, um paranaense na Presidência da Província, o qual com apoio legislativo concedera isenção de impostos provinciais e municipais para a nova indústria, além de conseguir tarifas especiais para o transporte da madeira pela estrada de ferro.

Nessa época, o pinho paranaense já encontrava outra destinação de importância, aliada à exploração da erva-mate. As barricas em que se passou a acondicionar o mate eram feitas em madeira de pinho, prática aliás adotada desde 1867. Em 1882, representava um valor de 10% do total da exportação de erva-mate.

Às vésperas da queda do Império, em 1886, o Presidente da Província(49) informava que subia a mais de mil contos de réis o capital empregado no aparelhamento das serrarias de Curitiba e de São José dos Pinhais. Esses estabelcimentos estavam em condições de carregar, mensalmente, 15 navios de 200 toneladas, fornecendo 2 milhões de pés superficiais de madeiras serradas.

Apesar das dificuldades iniciais e da concorrência estrangeira, a indústria da madeira de pinho desenvolver-se-ia com regularidade pelo fim do século, impondo-se principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo, Montevidéu e Buenos Aires.

(48) ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Relatórios do cônsul João Adrião Chaves, de 31 de outubro de 1885 e 30 de setembro de 1886.** Caixa n.º 242-1-4.

(49) FARIA SOBRINHO, Joaquim d'Almeida. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, pelo Presidente da Província, no dia 30 de outubro de 1886.** Curityba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1886, p. 39.

No final do século, entre 1896 e 1899, existiam no Paraná, sobretudo ao longo das linhas da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, 64 serrarias em produção.

A erva-mate continuava, porém, a ser o fundamento das exportações paranaenses, conforme os relatórios consulares dos últimos anos do Império, embora houvesse percalços inclusive de natureza política, quer no Brasil, quer nos mercados consumidores.

Aliás, a partir de 1886 melhorara bastante a situação da erva, de tal maneira que no ano civil de 1887 a exportação atingiu o seu clímax, com mais de 20 milhões de quilos. O Presidente Faria Sobrinho manifestava esperanças no futuro da economia paranaense.

O Presidente da Província(50), em 1887, esboçava claramente a marcha das exportações do mate, dizendo que de 1867 a 1872 aumentaram, ainda que gradual e lentamente; de 1873 a 1886 foram estacionárias, com graves dificuldades, reanimando-se, porém, em 1887 e com boas perspectivas.

Os mercados consumidores eram os mesmos, mas os incessantes esforços dos industriais paranaenses haviam melhorado o produto que, assim, obtivera preferência no Rio da Prata.

Para o porto de Paranaguá a situação também parecia promissora, em face da conclusão da estrada de ferro, que o colocava em fácil comunicação com o planalto. Em 1887, ela já transportava 60% da erva-mate exportada pela Província, e apenas 40% eram ainda transportados pelos antigos carroções no caminho da Graciosa, em direção a Antonina. Paranaguá voltara a ser o grande porto exportador do Paraná, concentrando em sua cidade cônsules e agentes comerciais estrangeiros.

No entanto, a navegação e as exportações para o Rio da Prata, entre 1888 e 1891, não apresentaram alterações de importância. No Chile, a erva-mate continuava a ser o único produto do Império com regular consumo, sendo que nos exercícios de 1888 e 1889 alcançava mesmo 90% do valor total das importações brasileiras para esse país.

No início de 1889, o Inspetor da Alfândega de Paranaguá(51) esboçava o quadro econômico da Província ao cair o Império. No Paraná, a não ser uma pequena lavoura de subsistência, suficiente apenas para o consumo interno, só havia a indústria da erva-mate, quase que exclusiva fonte de renda. Começava a desenvolver-se a exportação de pinho e podia encontrar-se, em pequena escala, exportação de arroz do litoral.

O último Presidente da Província, no derradeiro relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em julho de 1889, nada comenta sobre o comércio exterior do Paraná. Nada havia a acrescentar ao já conhecido.

Pouco mudara na vida econômica paranaense, às vésperas da República, em comparação à conjuntura da emancipação da Província.

A marcha crítica do comércio exterior da Província do Paraná, tal como foi vista e sentida pelos contemporâneos, pode ser também observada pela reconstituição gráfica, fundada em séries cronológicas, do movimento de embarcações no porto de Paranaguá e das exportações paranaenses na referida conjuntura.

(50) FARIA SOBRINHO, Joaquim D'Almeida. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 17 de fevereiro de 1887.** Curityba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1887, p. 23.

(51) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório do Inspetor da Alfândega de Paranaguá ao Presidente da Província.** Ofícios — 1889.

As figuras 1 e 2 constituem leques de curvas representativas desse movimento, obtidas com o emprego do computador IBM 1130 e ploter 1627 A primeira refere-se ao movimento de embarcações entradas e saídas do porto, e a segunda às exportações e importações e respectivos ingressos alfandegários.

O leque da figura 1 é composta pelas curvas:

E-004 — Saídas de Paranaguá para longo curso;
E-022 — Total de saídas do porto de Paranaguá;
E-001 — Entradas de longo curso em Paranaguá;
E-119 — Total de entradas e saídas para o Chile;
E-161 — Saídas de embarcações estrangeiras para o Uruguai;
E-134 — Saídas de embarcações estrangeiras para a Argentina;
E-104 — Saídas para a Argentina;
E-107 — Entradas da Argentina;
E-098 — Saídas para o Uruguai;
E-098 — Entradas do Uruguai;
E-167 — Saídas de embarcações brasileiras para o Uruguai e
E-131 — Saídas de embarcações brasileiras para a Argentina.

Estas 12 curvas sintetizam, a partir dos paralelismos estabelecidos, as 220 curvas traçadas para o movimento geral das embarcações entradas e saídas do porto de Paranaguá, evidenciando aquelas que se apresentam em alta, as que se encontraram em equilíbrio e aquelas nitidamente em baixa.

Por sua vez, o leque do movimento de mercadorias importadas e exportadas, na figura 2, é representado por 13 curvas, dentre as 53 que foram traçadas, incluindo aquelas em ascensão, equilíbrio e declínio, quais sejam:

M-001 — Valor da importação direta de mercadorias estrangeiras;
M-050 — Total de ingressos na Alfândega de Paranaguá;
M-040 — Valor das importações do Rio da Prata;
M-030 — Arrobas de erva-mate exportadas para fora do Império;
M-046 — Ingressos de importação na Alfândega de Paranaguá;
M-004 — Valor total das importações;
M-008 — Valor total das exportações;
M-043 — Valor das exportações para o Chile;
M-031 — Valor das exportações de erva-mate fora do Império;
M-045 — Valor das exportações para o Rio da Prata e Chile;
M-048 — Ingressos de exportação na Alfândega de Paranaguá;
M-002 — Valor da importação de mercadorias estrangeiras por cabotagem e
M-005 — Valor das exportações para fora do Império.

Trabalhos anteriores já referiram que a vida econômica do Paraná, no século XIX, foi profundamente marcada pelas situações conjunturais dos países do Prata(52), mercados quase exclusivos do seu único produto de exportação, bem como assinalaram a sincronização das flutuações do comércio exterior paranaense, com as crises de 1847 1857. 1866, 1873 e 1883(53).

No presente estudo, numa tentativa de síntese, a partir da observação dos contemporâneos aplicada à reconstituição quantitativa do movimento de embarcações e mercadorias, objetiva-se evidenciar

(52) WESTPHALEN, Cecília Maria. **Paranaguá et le Rio de la Prata au XIXe siècle. L'HISTOIRE QUANTITATIVE DU BRÉSIL DE 1800 a 1930. Paris, CNRS, p. 315-34.**

(53) WESTPHALEN, Cecília Maria. O porto de Paranaguá e as flutuações da economia ocidental no século XIX. **Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.** Curitiba, (20): 49-63, 1972.

FIGURA 1

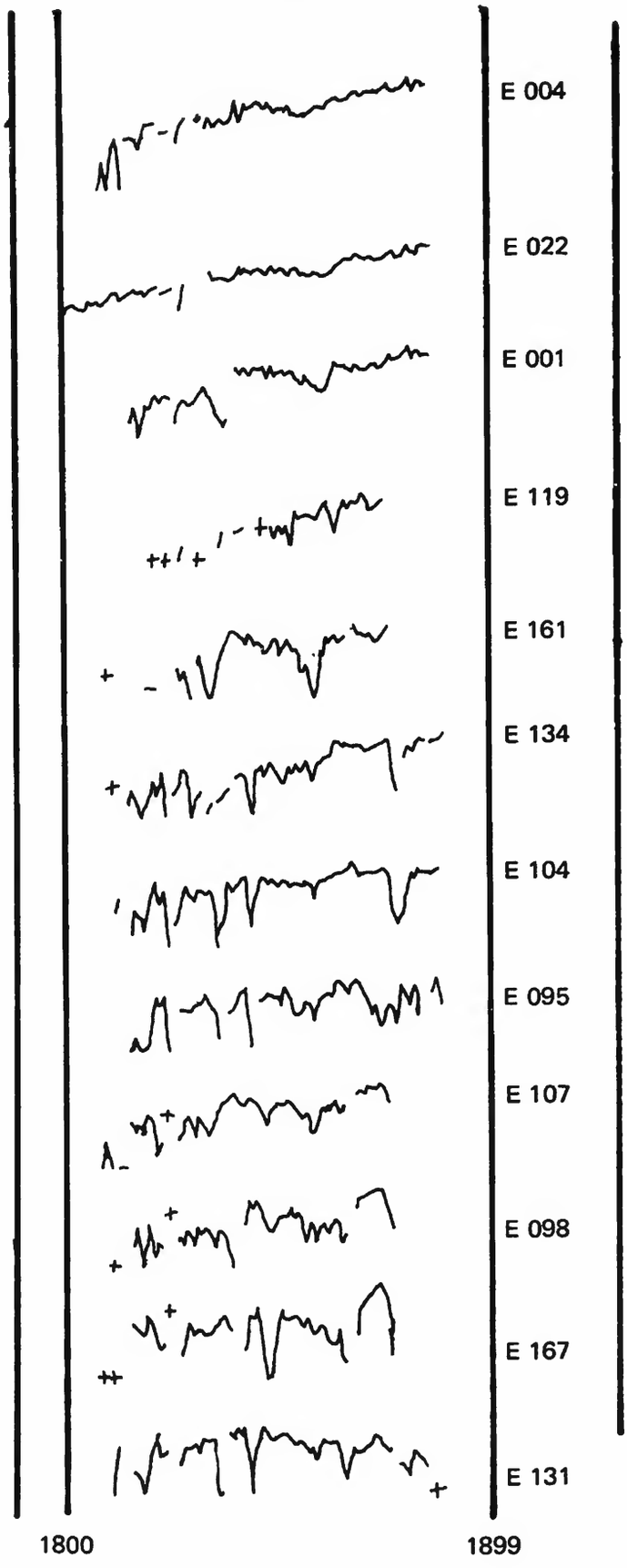
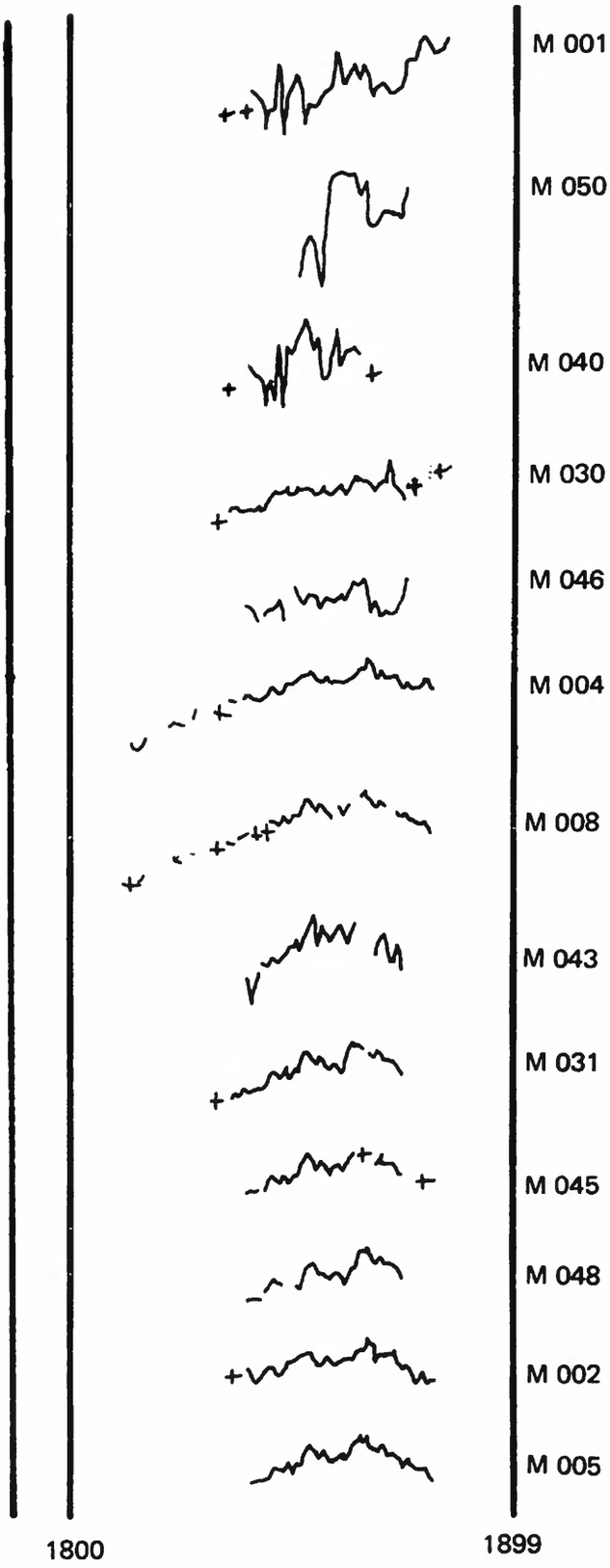


FIGURA 2



tendências do comércio exterior da Província do Paraná.

Assim, no que diz respeito às embarcações, a curva *M-004,* total das saídas de Paranaguá para longo curso, exprime a curva *E-022,* total de saídas para longo curso e cabotagem, configurando-a. São curvas de progressão, embora sem altas significativas. As entradas de longo curso no porto de Paranaguá, curva *E-001,* também se apresenta com ligeira elevação. Contudo, estas curvas expressam apenas o crescimento natural do número de embarcações de longo curso em tráfego no porto, no curso de meio século. Nada, portanto, de extraordinário.

A curva *E-119,* total de entradas e saídas para o Chile também revela certa inclinação para o crescimento.

O número de embarcações estrangeiras saídas para o Uruguai, ainda que moderadamente, também apresenta ligeira tendência para alta.

As curvas *E-134,* saídas de embarcações estrangeiras para a Argentina, *E-104,* saídas para a Argentina e *E-095,* entradas da Argentina, até certo ponto estão em equilíbrio, iniciando porém a transição para aquelas que mostram declínio. Estas são as curvas *E-107,* saídas para o Uruguai, *E-098,* entradas do Uruguai, e, sobretudo, *E-167* e *E-131,* respectivamente, saídas de embarcações brasileiras para o Uruguai e a Argentina.

No leque referente ao movimento de mercadorias, a curva *M-001,* vapor da importação direta de mercadorias estrangeiras, realizada pelo porto de Paranaguá, apresenta alta acentuada. Por isso mesmo, a curva *M-002,* valor da importação de mercadorias estrangeiras por cabotagem, feita principalmente por intermédio da praça do Rio de Janeiro está em declínio, quase ao final da figura 2.

Verifica-se que, no alto do leque, também se encontra a curva *M-040,* relativa ao valor das importações oriundas do Rio da Prata. Ou seja, embora haja aumento das importações diretas procedentes de longo curso, os mercados fornecedores são apenas Buenos Aires e Montevidéu, os compradores da erva-mate paranaense. A importação do Chile era nula. De qualquer modo, o Rio da Prata ganha terreno sobre o Rio de Janeiro, e reduz-se a importação de moedas metálicas daquelas praças.

As curvas *M-050 e M-046,* total de ingressos auferidos pela Alfândega de Paranaguá e ingressos oriundos da importação, encontram-se entre aquelas com tendência para alta.

Todavia, no alto do leque, é digna de nota a presença da curva *M-030* relativa à quantidade, em arrobas, da erva-mate paranaense exportada para fora do Império, sobretudo quando se observa que a curva *M-031,* do valor das exportações de erva-mate para fora do Império encontra-se justamente em posição contrária, em remarcado declínio. Exportam-se maiores quantidades de erva-mate, auferindo porém menores valores em contos de réis.

As curvas *M-004* e *M-008,* referentes aos valores totais da importação e da exportação paranaense, situam-se no centro do leque com certa estabilidade, apresentando entretanto, no final da observação, sinais de que estarão marchando para o declínio.

Todas as demais curvas relativas às exportações para o Rio da Prata e o Chile, ou seja para fora do Império, são reveladoras também de acentuada regressão.

Embora grande produtor do mate brasileiro que figurava como um dos principais artigos da pauta das exportações do Império, o Paraná findava praticamente o século XIX sem haver podido estruturar o seu comércio exterior.

Dependente da erva-mate pela própria

fraqueza econômica do produtor, jamais foi objeto de maiores atuações do governo central. Em vão, os cônsules do Brasil, no Rio da Prata e no Chile procuraram chamar a atenção dos governantes e dos responsáveis pelo comércio exterior. De outro lado, a estreiteza dos mercados consumidores e a concorrência que neles sofria das ervas paraguaias, missioneiras e, mais tarde, da erva catarinense, como também a incúria e atraso tecnológico na sua fabricação dificultavam um fluxo comercial desafogado.

Porém foi, sobretudo, a arma política mais poderosa que a Argentina, como país, pôde utilizar contra o Paraná, simples Província do Império, dependente do centralismo imperial, das tarifas aduaneiras favoráveis à importação das ervas apenas em rama para industrialização no Prata. Isto, ainda ao tempo da Província, desorganizou o comércio ervateiro paranaense, culminando nas próprias plantações de erva-mate na Argentina.

Tudo isto foi observado pelos contemporâneos sem que, todavia, encontrassem forças capazes de sustar a deterioração progressiva do comércio ervateiro que, finalmente, se desintegrou com a crise de 1929.